



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004110-54.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**
 Requerente: **Maria Rodrigues da Rocha**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que um filho seu faleceu em decorrência de acidente de trânsito, solicitando posteriormente à ré o recebimento da quantia pertinente ao DPVAT.

Alegou ainda que a ré, de má-fé, não fez o pagamento a que estava obrigada, além de dirigir-lhe exigências sem qualquer fundamento.

Como a questão não foi solucionada, almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

Ao contrário do que foi suscitado pela ré na peça de resistência, o nexos entre a morte do filho da autora e o acidente de trânsito em que se envolveu transparece claro.

Nesse sentido, o Boletim de Ocorrência de fls. 15/17 dá conta de que no dia 06 de maio de 2014 o filho da autora dirigia uma motocicleta e colidiu contra outro veículo em via pública.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O mesmo documento esclarece que o filho da autor foi então encaminhado à Santa Casa de Misericórdia local para ser submetido a cirurgia, pois se encontrava *"em estado grave e teria que fazer uma cirurgia em sua cabeça"* (fl. 17).

Já o laudo necroscópico de fls. 22/23 teve a seguinte conclusão: *"Em relatório médico hospitalar vítima internada em 06/5/2014 na Santa Casa de São Carlos, com laudo de tomografia computadorizada de trauma crânio-encefálico grave, submetida a tratamento cirúrgico com realização de craniotomia descompressiva para dregagem de hematoma subdural. Pelo acima exposto e observado, concluímos que a 'Causa Mortis' foi Traumatismo Crânio Encefálico, produzida por ação de Agente Contundente"* (fl. 23).

Esses dados, aliados à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, tornam evidente o liame entre o acidente noticiado e o falecimento do filho da autora, tendo este derivado daquele.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida, reconhecendo-se o direito da autora em receber o valor pelo DPVAT.

A mesma solução aplica-se ao pedido de reparação dos danos morais.

Isso porque a autora encaminhou à ré pouco depois dos fatos a documentação necessária para o pagamento do aludido montante (fls. 25/26), tendo esta solicitado mais de um mês depois (fl. 30) a complementação ou regularização da mesma com inserção de termo incompreensível ("Outros", sem nenhuma especificação sobre o que isso significaria).

A solicitação foi atendida, mas desde então a ré permaneceu inerte.

Vê-se, assim, que há mais de um ano a questão posta não foi resolvida, o que é inadmissível e revela ao menos na espécie vertente a enorme desídia com que foi tratada a autora.

Reputo que isso basta à configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento, não se podendo olvidar que à perda do filho a autora se viu às volta com o descaso da ré.

O caso foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana, ultrapassando também a esfera do simples descumprimento contratual.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 13.500,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época do falecimento do filho da autora), e juros de mora, contados de citação, e de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta ata, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**